

## FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo  
E-mail portomar@tribuna.com.br  
Telefone 2102-7269

**Workshop debate conflitos no transporte**  
O programa Exporta São Paulo, do Governo do Estado, realizará o workshop *Conflitos no Transporte Marítimo Internacional* no próximo dia 5, na Associação Comercial de São Paulo.

## PORTO &amp; MAR

# Prefeitura minimiza reflexos da alta do ISS em empresas do Porto

Segundo secretário-adjunto de Finanças de Santos, aumento irá impactar 0,02% dos orçamentos das firmas

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO  
"Não vejo que o aumento de 3% para 5% da alíquota do ISS (a ser cobrado sobre atividades portuárias) vá afetar de alguma forma o orçamento das empresas, até que elas sejam obrigadas a demitir pessoas". A afirmação é do secretário-adjunto de Finanças da Prefeitura de Santos, Fernando Chagas. Segundo ele, que idealizou esse plano de reajuste do Imposto Sobre Serviços (ISS) há quatro anos, o impacto da medida no orçamento das 320 companhias que atuam no Porto de Santos será de 0,02%.

Na última terça-feira, os prefeitos de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), e de Guarujá, Válder Suman (PSB), anunciaram projetos de lei que preveem o aumento da alíquota do ISS para atividades portuárias em suas cidades. A matéria tem de ser aprovada até 31 de dezembro pelas respectivas câmaras municipais, para que o reajuste possa ser aplicado no próximo ano.

Segundo as previsões das administrações, o reajuste pode garantir uma receita de R\$ 64 milhões aos cofres de Santos e R\$ 40 milhões ao caixa de Guarujá em 2018. A conta leva em consideração o fato de que, se aprovada, a correção será aplicada a partir de 1º de abril.

Para o secretário de Finanças da Prefeitura de Santos, Maurício Franco, é natural o questionamento de operadores portuários em relação ao novo padrão de cobrança do ISS. No entanto, ele aponta que o tema não é o único fator a ser analisado por investidores na hora de fechar negócios no cais santista.



Navio atracado em terminal do Porto: prefeituras de Santos e Guarujá querem aumentar a alíquota do ISS cobrado do segmento de 3% para 5%

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara de Vereadores de Santos realizará uma audiência pública para analisar os impactos da proposta da Prefeitura de ampliar, de 3% para 5%, a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser cobrado sobre as atividades portuárias. Organizada a pedido da vereadora Telma de Souza (PT), a sessão acontecerá na quinta-feira da próxima semana, dia 30, às 14h30, na sede do Legislativo, na Vila Nova. O projeto de lei do Executivo mudando o percentual foi assinado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa na última terça-feira e enviado à Câmara ontem.

Por este motivo, Franco não acredita que o Porto de Santos terá sua competitividade abalada com a medida. Além disso, destaca que a nova alíquota foi equiparada à praticada nas demais cidades portuárias brasileiras. Rio de Janeiro, Itaguaí (RJ), São Sebastião, Cubatão, Suape (PE), Vitória (ES) e Fortaleza (CE) recolhem 5% do tributo.

"Questão tributária impacta? Sim, impacta. Mas tem outros fatores que impactam também. O Porto de Santos está na melhor infraestrutura do País, próximo à zona produtora, no Interior de São Paulo, com ótimas estradas. Há uma série de agregados. Não é tão simples assim de passar para 5% e ir para outro lugar", afirmou Franco.

## Cobrança do IPTU de terminais é negociada

■ A Prefeitura de Santos estima arrecadar R\$ 13 milhões por ano com a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 59 terminais arrendados do Porto. Neste caso, segundo estimativas da Secretaria Municipal de Finanças, o impacto do pagamento do tributo no orçamento dos arrendatários será de 0,16%.

Apesar de liberação da cobrança, o Supremo Tribunal

Federal (STF) ainda não decidiu se ela poderá ocorrer a partir deste ano, de 2018 ou se, também, será retroativa. Esta é uma decisão aguardada pela Administração Municipal.

Desde 2000, quando as instalações do cais deixaram de ser taxadas por autorização da Justiça, a Cidade acumula R\$ 888 milhões em dívida ativa das empresas que operam no Porto. O valor está em juízo.

"De 1992 para cá, nós temos inúmeras situações. Cada caso é um caso. O grande número de lançamentos de IPTU aconteceu em 1998. A questão vai depender da modulação, que vai definir a forma de cobrança e a partir de quando o tributo será cobrado", explicou o secretário-adjunto de Finanças de Santos, Fernando Chagas.

Mas, mesmo antes desta definição, a Prefeitura iniciou diá-

logo com os arrendatários. A ideia é definir em conjunto a melhor maneira de as empresas quitarem o débito.

"Convidamos empresas para discutir o pagamento retroativo desse tributo. Mandamos uma cartinha para discutirmos essa questão. As empresas estão vindo", destacou o secretário de Finanças de Santos, Maurício Franco.

O pagamento do IPTU pelos

terminais portuários será outra importante fonte de recursos para a Prefeitura neste momento de crise financeira. Se somado com o aumento do Imposto Sobre Serviços (ISS), o valor alcança a marca de R\$ 93 milhões ao ano.

### DECISÃO

Em abril passado, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por seis votos a três, que a Prefeitura estava autorizada a cobrar o IPTU da Petrobras. A taxa refere-se a uma área de 255 mil metros quadrados, arrendada da União, na re-

De acordo com o secretário de Finanças, no próximo ano, a Prefeitura deve arrecadar R\$ 479 milhões com o ISS. Uma parcela de 60% desse valor corresponde à operação portuária no cais santista.

### DESTINAÇÃO

O novo ISS portuário de Santos aumentará a arrecadação em R\$ 80 milhões anualmente – em 2018 devem ser R\$ 64 milhões a mais, pois o reajuste só valerá a partir de abril. Essa nova receita ajudará a Prefeitura a bancar o empréstimo de R\$ 290 milhões que foi feito para custear obras na entrada da Cidade.

No total, a Administração Municipal terá 240 meses para arcar com o custo de sua parte na obra, avaliada em R\$ 750 milhões. O Estado investirá R\$ 265 milhões. A União ainda não concluiu os estudos de sua parcela no empreendimento, que viabilizará um novo acesso ao cais.

A decisão de aumentar o ISS das operações portuárias surgiu há quatro anos, quando o Departamento de Orçamento e Gestão da Prefeitura, então chefiado por Chagas, iniciou um plano para garantir recursos aos acessos ao Porto.

Segundo o executivo, a equipe identificou a necessidade destes investimentos e passou a estudar a melhor forma de viabilizá-los financeiramente. "O setor que vai, de certa forma, ser beneficiado deveria colaborar com o aumento de recursos", destacou o secretário-adjunto.

Para Chagas, ao contrário do que dizem os operadores portuários, com as obras na entrada da Cidade, custeadas pelo aumento do ISS, o Porto se tornará mais atrativo logisticamente. "Além do valor (do reajuste) ser percentualmente baixo (em relação ao orçamento das empresas), o investimento que faremos na entrada de Santos facilitará o tráfego de veículos pesados, aumentará o movimento do Porto e diminuirá a ociosidade que é de 50% da sua capacidade em contêiner", afirmou.

gião da Alemoa, na Margem Direita do complexo marítimo. O processo, na verdade, discutia a reciprocidade de cobrança de impostos entre entes do Estado e a empresa, de economia mista.

Os ministros entenderam que a imunidade tributária recíproca aplicada aos Estados, União, Distrito Federal e Municípios não se estende às empresas de economia mista. A decisão criou uma jurisprudência com relação a todas as empresas arrendatárias, que agora podem ser taxadas com o imposto territorial.